

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

PEDRO PAULO GENTIL DA COSTA

**Desafios e Alternativas para a gestão do acervo cultural do
Memorial dos Povos Indígenas**

Monografia submetida ao curso de graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Ailton Luiz Gonçalves Feitosa

Brasília

2025

PEDRO PAULO GENTIL DA COSTA

**Desafios e Alternativas para a gestão do acervo cultural do
Memorial dos Povos Indígenas**

Monografia submetida ao curso de graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Ailton Luiz Gonçalves Feitosa

Brasília

2025

Ficha catalográfica elaborada por Pedro Paulo Gentil da Costa

Costa, Pedro Paulo Gentil da.

Desafios e alternativas para a gestão do acervo cultural do Memorial dos Povos Indígenas / Pedro Paulo Gentil da Costa; orientador Ailton Feitosa. – Brasília, 2025

40 p.: il.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2025.

1. Memorial dos Povos Indígenas. 2. Acervo cultural. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Desafios e Alternativas para a gestão do acervo cultural do Memorial dos Povos Indígenas

Autor(a): **Pedro Paulo Gentil da Costa**

Monografia apresentada em **25 de julho de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Ailton Luiz Gonçalves Feitosa
Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Alberth Sant Ana Costa da Silva
Membro Externo (CEF): Dr. José Marcelo Schiessl



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Luiz Gonçalves Feitosa, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **José Marcelo Schiessl, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Alberth Sant'Ana Costa da Silva, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13225320** e o código CRC **FC27F09E**.

Referência: Processo nº 23106.096116/2025-10

SEI nº 13225320

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Ailton Feitosa, que aceitou o convite para orientar o trabalho, mesmo após o início do semestre letivo. Agradeço, também, ao Prof. Dr. Alberth Sant' Ana Costa da Silva e ao Prof. Dr. Marcelo Schiessl, que se dispuseram a participar da banca examinadora, ainda que o texto final tenha sido entregue a eles intempestivamente, contribuindo, assim, para a melhoria deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa os desafios e iniciativas relacionados à gestão da informação indígena no Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal, com ênfase na preservação cultural, no acesso às comunidades originárias e nas práticas decoloniais. A pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevista realizada no Memorial dos Povos Indígenas (MPI-DF). Os resultados evidenciaram avanços, como a incorporação de terminologias indígenas nas descrições do acervo e a gestão compartilhada com lideranças indígenas, mas também lacunas, como a persistência de sistemas de classificação ocidentais que fragmentam o conhecimento indígena, principalmente no aspecto religioso. Identificou-se a presença de itens sensíveis, como objetos sagrados, que demandam protocolos culturais específicos para preservação e acesso. A ausência de um ambiente digital robusto limita o alcance dos acervos, enquanto a participação indígena na curadoria, embora presente, necessita ser ampliada. Conclui-se que a gestão ética da informação indígena exige modelos flexíveis e a colaboração direta das comunidades em todas as etapas do processo informacional, alinhando-se às demandas globais por soberania informacional e justiça epistêmica

Palavras-chave: Informação indígena. Gestão de acervos. Práticas decoloniais. Memorial dos Povos Indígenas. Distrito Federal.

ABSTRACT

This study examines the challenges and initiatives related to the management of Indigenous information at the Memorial dos Povos Indígenas (Indigenous Peoples Memorial) in the Federal District, with an emphasis on cultural preservation, access for Indigenous communities, and decolonial practices. The research, exploratory and qualitative in nature, was based on a literature review and data collection through an interview conducted at the Memorial dos Povos Indígenas (MPI-DF). The results revealed progress, such as the incorporation of Indigenous terminologies in collection descriptions and shared management with Indigenous leaders, but also gaps, such as the persistence of Western classification systems that fragment Indigenous knowledge, particularly in the religious aspect. The presence of sensitive items, such as sacred objects, was identified, which require specific cultural protocols for preservation and access. The lack of a robust digital environment limits the reach of the collections, while Indigenous participation in curation, though present, needs to be expanded. It is concluded that the ethical management of Indigenous information requires flexible models and the direct collaboration of communities in all stages of the informational process, aligning with global demands for informational sovereignty and epistemic justice.

Keywords: Indigenous information. Collection management. Decolonial practices. Indigenous Peoples Memorial. Federal District.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano 2º Edição
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
DF	Distrito Federal
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	POVOS INDÍGENAS E MEMÓRIA	12
2.2	INSTITUIÇÕES DE DEFESA/REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO DF	16
2.3	BIBLIOTECAS, MUSEUS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO ESPECIALIZADOS EM CULTURA INDÍGENA NO DF	20
2.3.1	<i>Biblioteca Curt Nimuendajú.....</i>	<i>21</i>
2.3.2	<i>Memorial dos Povos Indígenas (MPI-DF)</i>	<i>21</i>
2.3.3	<i>Biblioteca Nacional de Brasília.....</i>	<i>22</i>
2.3.4	<i>Biblioteca da Câmara dos Deputados - Biblioteca Pedro Aleixo.....</i>	<i>23</i>
2.3.5	<i>Biblioteca Escolar Comunitária Monteiro Lobato</i>	<i>24</i>
3	METODOLOGIA	25
3.1	PASSOS METODOLÓGICOS	25
3.2	COLETA DE DADOS.....	27
4	RESULTADOS.....	28
4.1	GESTÃO DO ACERVO	28
4.1.1	<i>Acervo</i>	<i>28</i>
4.1.2	<i>Itens sensíveis.....</i>	<i>28</i>
4.1.3	<i>Processamento técnico.....</i>	<i>29</i>
4.1.4	<i>Iniciativas de gestão de acervo</i>	<i>30</i>
4.2	PARTICIPAÇÃO INDÍGENA	31
4.3	ESTRUTURA	32
4.3.1	<i>Estrutura física</i>	<i>32</i>
4.3.2	<i>Estrutura digital</i>	<i>33</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	37
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A gestão da informação indígena parece ser um tema que tem tido pouco destaque como uma questão urgente e importante no Brasil. É provável que isso aconteça, principalmente, devido às desigualdades históricas que marcaram nossa sociedade, mesmo com toda a luta dos povos originários pelo reconhecimento cultural.

Na área da Ciência da Informação, por exemplo, sem nenhuma restrição temporal, encontraram-se apenas 87 artigos, ao pesquisar pelo termo “informação indígena” na base de dados BRAPCI. Muitos desses trabalhos abordam o tema, embora nem todos tenham esse foco.

Em bases de dados mais generalistas, essa situação fica ainda mais evidente: o Portal de Periódico da CAPES, por exemplo, recuperou 259 artigos, porém 163 dos resultados são excluídos ao se colocar o operador NOT para o termo saúde. Dos 96 artigos restantes, apenas 40 se adequam minimamente ao tema.

O Distrito Federal, por sediar instituições nacionais de memória e políticas públicas, representa um cenário bastante relevante para motivar reflexões sobre os desafios e as iniciativas relacionadas a esses acervos culturais e informacionais.

A escolha deste tema surge da importância de se enfrentar a invisibilidade e o uso indevido de saberes indígenas. Essas práticas mantêm vivas heranças coloniais e vão na contramão da preservação das memórias coletivas.

O conhecimento sobre a forma como museus, bibliotecas, arquivos e centros de informação especializados lidam com informações indígenas, pode auxiliar na construção de modelos éticos que respeitem a autonomia das comunidades, promovam um acesso mais justo e combatam estereótipos. Tudo isso alinhado às demandas globais de proteger a autonomia informacional e a autodeterminação dos povos. Neste sentido, a presente pesquisa possui um forte apelo social.

No campo acadêmico, o trabalho se encontra na interseção entre Ciência da Informação e Antropologia, áreas que têm avançado na crítica aos modelos

tradicionais de gestão da informação. Apesar dos debates teóricos sobre a descolonização da informação, ainda existem muitas lacunas práticas sobre como aplicar esses princípios no dia-a-dia, especialmente aqui no Brasil.

Nesse sentido, o valor social e cultural deste estudo é bastante evidente, especialmente porque aparentemente ainda há poucos trabalhos sobre o assunto. Embora as instituições de memória sejam essenciais para preservar a história do país, muitas vezes elas reproduzem práticas excludentes, como uma curadoria unilateral dos acervos ou a falta de participação indígena na gestão de seus próprios registros.

Essa dinâmica reforça a fragmentação das identidades, a perda de conhecimentos tradicionais e o uso indevido de aspectos culturais indígenas por pessoas não indígenas. Agravada por desafios como barreiras tecnológicas, questões relacionadas à propriedade intelectual e à dificuldade de adaptar metodologias às diferentes cosmovisões indígenas.

Ao mapear essas iniciativas e propor diretrizes baseadas em um diálogo intercultural, a pesquisa busca não só identificar os problemas, mas também apresentar alguma contribuição no sentido de valorizar vozes que muitas vezes ficam silenciadas.

Na medida em que essas vozes se tornarem conhecidas, seja por meio deste trabalho seja por outras formas, é esperada uma transformação das instituições em direção à ampliação dos espaços de reparação histórica e inclusão verdadeira.

Em um momento de desenvolvimento acelerado da tecnologia e debates sobre os impactos desse cenário, a pesquisa conecta-se a questões urgentes, como a curadoria ética de dados culturais e a proteção de saberes tradicionais frente a tecnologias emergentes.

A relação entre informação indígena e direitos digitais também vem sendo discutida no Brasil, sobretudo no contexto das políticas de salvaguarda de patrimônio imaterial e gestão de acervos digitais. Iniciativas como o Plano Nacional de Salvaguarda Digital do Patrimônio Cultural Imaterial, coordenado pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2022), têm apontado a necessidade de incluir os saberes tradicionais indígenas nas estratégias de preservação e acesso.

Entretanto, a ausência de protocolos nacionais específicos para dados culturais de povos originários gera lacunas que podem levar à apropriação indevida. Nesse cenário, é essencial alinhar a gestão da informação indígena aos princípios previstos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), ratificada pelo Brasil, e ao que dispõem normativas internas como o Estatuto dos Povos Indígenas, ainda em tramitação.

Diante do cenário ora apresentado, este trabalho pretende investigar:

Quais são os desafios e as iniciativas da gestão da informação indígena no contexto do Memorial dos Povos Indígenas do DF?

1.1 OBJETIVOS

O *objetivo geral* deste trabalho foi analisar os desafios e as iniciativas relacionados à gestão de informação indígena no Memorial dos Povos Indígenas, com ênfase na preservação cultural, no acesso às comunidades originárias e nas práticas decoloniais.

Para alcançar este objetivo, foram estabelecidos os seguintes *objetivos específicos*:

- Mapear as iniciativas de gestão da informação indígena no Memorial dos Povos Indígenas;
- Identificar os principais desafios enfrentados por essa instituição na gestão ética de acervos indígenas, como questões de representação, propriedade intelectual, barreiras tecnológicas e adequação as cosmovisões dos grupos étnicos retratados;
- Apontar caminhos potenciais para uma gestão mais ética e intercultural da informação indígena, com base na análise do Memorial dos Povos Indígenas e nas demandas das comunidades originárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POVOS INDÍGENAS E MEMÓRIA

A memória, para os povos indígenas, é mais do que uma lembrança do passado — ela é um modo de existência no presente e uma estratégia de continuidade cultural.

Entre os diferentes povos indígenas do Brasil, a memória não se organiza a partir de arquivos documentais ou bases de dados sistematizadas nos moldes ocidentais.

Conforme Cunha (2009) e Campesato (2023) demonstram, sua essência reside na oralidade, corporeidade e territorialidade, onde saberes são transmitidos através de narrativas orais, práticas rituais e relações simbióticas com a paisagem. Esses elementos colidem diretamente com sistemas de classificação bibliotecária como a CDD, CDU e AACR2, que fragmentam temas holísticos em categorias talvez incapazes de representar por completo o significado de tal conhecimento.

Essa diversidade de práticas exige que a Ciência da Informação expanda seus conceitos e reconheça outras epistemologias de organização e gestão do saber. Vale lembrar que a oralidade é uma das formas mais significativas de transmissão da memória entre os povos indígenas.

Ela não se limita à repetição de histórias, mas se expressa por meio de narrativas míticas, cantos, rezas, ensinamentos em contextos comunitários e vivências cotidianas. É, simultaneamente, meio de transmissão e forma de legitimação do conhecimento, sendo fundamental para a reprodução das cosmologias e modos de vida.

Diferente da lógica escrita, a oralidade permite constante atualização e adaptação das narrativas, respeitando o tempo, o contexto e o papel social de quem narra, pois *“é no presente que as lembranças e os esquecimentos adquirem significados e é no presente que os saberes ancestrais são recriados, por meio das palavras”* (Bergamaschi; Medeiros, 2010, p.65).

A terra, os rios, os animais e os locais sagrados são também dispositivos de memória — lugares onde o saber é acessado, vivido e compartilhado. Portanto, a paisagem não é apenas o cenário, mas um repositório de conhecimento e sentido.

Contudo, o acesso à memória e ao conhecimento não é irrestrito ou universal, nem mesmo entre membros de uma mesma etnia. Muitos povos indígenas organizam o saber de maneira hierárquica e relacional.

Há conhecimentos que são restritos a certas pessoas — como pajés, anciãos, líderes espirituais ou determinados clãs — e que não devem ser divulgados fora desses contextos. Certos saberes xamânicos são considerados perigosos ou sagrados, devendo permanecer sob guarda daqueles que estão preparados para lidar com eles.

Tudo isso desafia diretamente a lógica ocidental da "democratização" da informação, pois, para muitos povos, preservar o segredo ou limitar o acesso é também uma forma de proteção cultural e espiritual. Enquanto outros aspectos informacionais são extremamente importantes de serem focos de preservação, como a linguagem, visando a prevenção de sua extinção.

Em 2009, a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, elaborou uma proposta para atualização da Lei 6.001/1973 - Estatuto do Índio, alterando-a para Estatuto dos Povos Indígenas e atualizando diversas questões defasadas, de modo a assegurar os direitos indígenas.

Nessa proposta, está incluída a proteção aos saberes tradicionais, bem como a ampliação da autonomia dos povos, para que autorizem ou neguem a utilização de seus saberes por pessoas externas às suas comunidades. Entretanto, a proposta permanece pendente de aprovação.

É comum que instituições violem protocolos culturais ao permitir acesso irrestrito a conhecimentos sagrados, gerando conflitos sobre propriedade intelectual. Contudo, iniciativas tecnológicas como o Mukurtu CMS oferecem modelos alternativos de metadados e protocolos culturais que respeitam restrições culturais específicas em

ambientes digitais, de forma que as próprias comunidades possuam autonomia para disponibilizar e organizar o seu conhecimento no ambiente digital.

Por meio de um código aberto disponibilizado no GitHub, o Mukurtu CMS pode ser amplamente utilizado no mundo como um sistema de gerenciamento de acervos digitais, necessitando apenas de um site hospedado em um provedor que consiga suportar o código.

A solução oferece ferramentas de gestão de acervo com tagueamentos específicos pensados diretamente para a rotulação de conhecimentos tradicionais e com possibilidades de cruzamento de informação acerca de um mesmo assunto (Mukurtu, 2025).

Os desafios operacionais, no entanto, permanecem profundos: Cury (2020) e Thompson (2014) alertam sobre a descontextualização de objetos sagrados, esvaziando seus significados rituais, que acervos etnográficos podem cometer ao lidar com objetos e saberes tradicionais.

A própria noção de autenticidade é tensionada em contextos urbanos, onde instituições como a Funai buscam implementar curadoria compartilhada, mas enfrentam dilemas sobre representação adequada das cosmovisões indígenas.

Esses obstáculos exigem respostas estruturais, incluindo a coadministração de acervos pelos povos originários, o desenvolvimento de protocolos flexíveis que incorporem autorias coletivas e restrições culturais, e parcerias tecnológicas para capacitação em documentação autônoma.

O Programa de Documentação de Línguas Indígenas da Funai é um exemplo dessas iniciativas. A iniciativa busca documentar diversas línguas indígenas para preservação do patrimônio linguístico de diferentes povos, aplicando metodologias científicas de registro e preservação de línguas, com ampla participação das comunidades falantes dessas línguas.

O programa desenvolveu parcerias com 17 povos da Amazônia nos últimos 10 anos e conta com o desenvolvimento de dicionários e registros de utilização em situações reais (GOV, 2025).

Adicionalmente, é preciso enfatizar que não existe um único modo indígena de lidar com a memória, mas sim uma pluralidade de formas que refletem a diversidade dos mais de 300 povos indígenas existentes no Brasil.

Cada grupo possui suas próprias estruturas sociais, cosmologias, línguas, rituais e modos de se relacionar com o tempo e com o saber. Enquanto alguns povos utilizam grafismos e objetos como suportes da memória, outros privilegiam formas mais efêmeras, como o canto ou a narrativa.

Essa heterogeneidade impõe um desafio para instituições que lidam com a gestão da informação, como bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação, pois requer uma abordagem flexível e dialógica, sensível à complexidade das epistemologias indígenas.

O reconhecimento da “multiplicidade de regimes de verdade e memória” faz com que a Ciência da Informação precise ir além das normas técnicas universais e adote princípios éticos e metodológicos específicos. Isso inclui o respeito à soberania informacional dos povos indígenas, à consulta prévia e informada, e ao direito de dizer o que deve ou não ser arquivado, acessado ou divulgado.

Portanto, compreender as relações entre os povos indígenas e sua memória exige um deslocamento conceitual e metodológico. Não se trata apenas de preservar conteúdos culturais, mas de respeitar as formas próprias de produzir, guardar e transmitir esses conteúdos.

A memória indígena não pode ser reduzida a artefatos ou registros — ela está viva nas relações, nos territórios, nos corpos e nos rituais. Para a Ciência da Informação, reconhecer isso significa trabalhar não apenas com acervos, mas com sujeitos históricos que exigem escuta, parceria e reconhecimento pleno de sua diversidade.

2.2 INSTITUIÇÕES DE DEFESA/REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO DF

O Distrito Federal, como centro político-administrativo do Brasil, concentra uma complexa rede de instituições dedicadas à defesa e representação dos povos indígenas, atuando em múltiplas escalas, do local ao internacional.

Essas entidades articulam-se entre movimentos de base indígena, estruturas governamentais, organizações da sociedade civil e instâncias jurídicas, formando um ecossistema de resistência que enfrenta desafios históricos de sub-representação e violação de direitos.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), com sede operacional em Brasília, destaca-se como a principal organização de base indígena em âmbito nacional. Fundada durante o Acampamento Terra Livre em 2004, a APIB coordena estratégias políticas e jurídicas para mais de 300 etnias, atuando como voz unificada em fóruns como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (APIB, 2024).

Seu departamento jurídico, pioneiro na "advocacia indígena orgânica", liderado por Luiz Eloy Terena e Samara Pataxó, promove litígios estratégicos, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, que em 2020 exigiu do Estado políticas emergenciais de proteção aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19.

Além disso, a APIB protagonizou denúncias internacionais históricas, como o comunicado ao Tribunal Penal Internacional de Haia em 2021, acusando o governo Bolsonaro de genocídio e ecocídio – marco inédito na autoria jurídica indígena em cortes globais.

No plano regional, o Setorial de Assuntos Indígenas do PT no Distrito Federal, sob coordenação de Antônio Alves, emerge como espaço de incidência política local. Eleito em 2021, o coletivo prioriza a reativação da Casa de Atendimento Indígena de Sobradinho (vinculada à Funai) e a criação do Centro de Pesquisa e Hospital Indígena em Brasília, destinado a atender especificidades culturais de saúde, como a integração entre medicina tradicional e biomedicina.

Sua agenda inclui ainda o combate ao Marco Temporal e a garantia de representação política indígena nas instâncias legislativas do DF, reforçando a luta por "autodeterminação informacional" e gestão territorial.

Paralelamente, organizações como a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) mantêm representações estratégicas na capital, utilizando-a como palco para pressionar políticas de demarcação e direitos coletivos, especialmente durante o Acampamento Terra Livre, que em 2025 reuniu 9 mil indígenas de 200 povos no Complexo Cultural Funarte.

O Estado brasileiro, por sua vez, opera por meio de estruturas como o Ministério dos Povos Indígenas, criado em 2023 e sediado em Brasília. Sob liderança de Sônia Guajajara, o Ministério dos Povos Indígenas enfrenta tensões estruturais, como a recente aprovação do PDL nº 717/2024 pelo Senado, que suspende demarcações de terras indígenas e gera insegurança jurídica.

As ações do Ministério dos Povos Indígenas incluem a sanção da Lei de Cotas no Serviço Público (Lei 1958/21), ampliando vagas para indígenas e quilombolas, e a elaboração de manuais de saúde específicos para contaminação por mercúrio em áreas garimpeiras – respostas diretas a demandas históricas das comunidades.

Já a Defensoria Pública da União (DPU) atua como aliada crucial na defesa concreta de direitos, participando ativamente de mobilizações como a Marcha do Acampamento Terra Livre 2025 e prestando atendimento jurídico na "Tenda DPU" montada no acampamento. Suas frentes incluem a atuação no STF contra o marco temporal, o apoio a vítimas de criminalização por conflitos fundiários e a defesa de indígenas urbanos, como os Kariri-Xocó e Pankararu, residentes no DF.

No contexto atual, organizações da sociedade civil complementam esse ecossistema, com destaque para o Centro de Trabalho Indigenista e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

O Centro de Trabalho Indigenista, fundado em 1979, assessora comunidades em gestão territorial autônoma, como os povos Timbira (MA/TO) e do Vale do Javari (AM), enquanto o IEB, em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), desenvolve projetos como "Nossa Terra, Nossa Mãe", focado em Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) na Amazônia, modelo que influencia iniciativas locais no DF, como o Projeto Ywy Ipuranguete, financiado com US\$ 9 milhões de dólares para gestão indígena de territórios.

Além disso, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Socioambiental (ISA) atuam na documentação de violações e no monitoramento de áreas protegidas, produzindo insumos para políticas públicas baseados no diálogo entre saberes técnicos e tradicionais.

Espaços físicos de memória e resistência também se configuram como instituições não formais de representação. O Santuário dos Pajés, na Asa Norte, é de extrema importância. Ocupado desde 1957 por Fulni-ô, Kariri-Xocó e Tuxá, tornou-se símbolo da luta contra a especulação imobiliária que ameaçou o Setor Noroeste.

Após décadas de conflito – incluindo incêndios de casas indígenas e disputas legais, a Justiça Federal reconheceu, em 2013, a área como terra tradicional, resultando na criação da Terra Indígena Santuário Sagrado dos Pajés (32 hectares).

Já o Memorial dos Povos Indígenas, além de abrigar acervos culturais, sedia eventos como o lançamento do Projeto Ywy Ipuranguete, que integra tecnologias de georreferenciamento com governança comunitária, evidenciando como instituições culturais podem transcender a função museológica para se tornarem plataformas de ação política.

A Funai, sediada no DF, opera como o principal órgão indigenista do Estado brasileiro, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas. Sua atuação na capital foca na gestão de políticas nacionais, como a demarcação de terras, a proteção territorial e a promoção de direitos socioculturais.

Em 2025, servidores da Funai no DF organizaram um Ato Nacional em 19 de abril, com mobilizações em todo o país para exigir a homologação de terras indígenas e a aprovação urgente de um plano de carreira para o órgão.

Essa pauta surgiu de assembleias no Sindsep-DF, que alertaram para a crise funcional: apenas 12 servidores efetivos respondiam por mais de 600 processos de demarcação, agravando a lentidão nas regularizações.

A direção da Funai no DF também mantém diálogo direto com a Presidência da República, como evidenciado por reuniões na Secretaria-Geral para pressionar a análise técnica do plano de carreira pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Paralelamente, a Funai articula-se com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para alinhar demandas dos movimentos sociais às ações institucionais, reforçando a defesa de temas como a autodeterminação informacional e a representação política indígena no Congresso.

Já a Secretaria Especial de Saúde Indígena, subordinada ao Ministério da Saúde, coordena a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena a partir de Brasília, embora sua operação direta ocorra por meio dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) distribuídos pelo país.

Entre suas atribuições destacam-se a alocação de recursos, o monitoramento epidemiológico e a garantia do atendimento diferenciado, que combina biomedicina com práticas tradicionais indígenas.

Um desafio crítico no DF é a fragmentação institucional. A desativação da Casa de Saúde Indígena e a precariedade de ambulatórios especializados na capital impactam comunidades urbanas, como os Kariri-Xocó e Pankararu, exigindo maior articulação entre Sesai, Funai e Governo do DF.

Apesar disso, a Sesai avançou na regulamentação de incentivos financeiros para redes hospitalares que atendem indígenas, assegurando repasses até 30% superiores aos valores padrão do SUS.

Ambas as instituições enfrentam tensões estruturais no DF. A Funai sofre com escassez de recursos humanos e pressões de grupos anti-indígenas, como o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 717/2024, que ameaçava suspender demarcações.

Já a Secretaria Especial de Saúde Indígena depende de maior integração com a Funai para viabilizar políticas transversais, especialmente em saúde ambiental – como o combate à contaminação por mercúrio em áreas afetadas por garimpos, tema prioritário no MPI.

A fragmentação institucional entre FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena e GDF gera lacunas no atendimento a indígenas urbanos, agravadas pela desativação da Casa de Saúde Indígena e pela precariedade de ambulatórios especializados – problema que o Setorial de Assuntos Indígenas tenta reverter, via diagnóstico epidemiológico da população indígena do DF.

Por outro lado, a representatividade política ainda é incipiente. Historicamente, os indígenas possuem pouca representação nos três poderes da república, reforçando a urgência de cotas no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e na Câmara Legislativa do DF.

A atuação internacional, embora inovadora (como o caso de Haia), esbarra na lentidão de organismos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas (ONU) para frear violações em tempo real.

Nesse cenário, as instituições do DF encapsulam tanto as conquistas quanto as contradições da luta indígena contemporânea: entre a força da mobilização coletiva e a persistência de estruturas coloniais que demandam, sempre, novas estratégias de reexistência.

2.3 BIBLIOTECAS, MUSEUS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO ESPECIALIZADOS EM CULTURA INDÍGENA NO DF

O Distrito Federal, enquanto epicentro político e simbólico do Brasil, abriga um conjunto diversificado de instituições dedicadas à preservação e disseminação da cultura indígena.

Essas entidades, contudo, enfrentam desafios estruturais e epistemológicos que refletem tensões históricas entre paradigmas ocidentais de organização da informação e as cosmovisões dos povos originários.

2.3.1 Biblioteca Curt Nimuendajú

A biblioteca Curt Nimuendajú, vinculada à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em Brasília, destaca-se como principal acervo bibliográfico indigenista do país. Seu acervo de aproximadamente 50 mil registros – incluindo livros raros, teses antropológicas e coleções de jornais – é especializado em etnologia, políticas indigenistas e gestão territorial.

Para o seu processamento técnico, ela utiliza o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a Classificação Decimal Universal (CDU), para catalogação e classificação respectivamente, sistemas amplamente utilizados, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, mas que fragmentam saberes holísticos indígenas ao separar temas como "rituais" de "botânica" ou "cosmologia".

Embora ofereça serviços digitais (como levantamentos bibliográficos), seu empréstimo domiciliar é limitado a servidores da Funai, dificultando o alcance a comunidades indígenas urbanas do DF.

Complementarmente, a Rede de Bibliotecas Públicas do DF, com 26 unidades, carece de acervos especializados em cultura indígena, evidenciando a dificuldade de acesso à informação indígena para residentes do Distrito Federal.

2.3.2 Memorial dos Povos Indígenas (MPI-DF)

O Memorial dos Povos Indígenas, projetado por Oscar Niemeyer, é o principal equipamento museológico do DF voltado às culturas originárias. Seu acervo fixo possui cerca de 400 itens em diversos formatos e estima-se que 16 mil artefatos e 50 mil documentos já passaram na instituição em suas exposições temporárias ao longo dos anos.

Parte das coleções foi constituída por itens oriundos do legado colonial, gerando demandas atuais por repatriação de objetos sagrados.

Em 2025, o Memorial dos Povos Indígenas sediou o lançamento do Projeto Ywy Ipuranguete, que se destina à gestão territorial indígena autônoma, integrando tecnologias de georreferenciamento com governança comunitária. Apesar disso, persistem críticas sobre a representação de indígenas urbanos, frequentemente invisibilizados em narrativas museais focadas em "autenticidade" pré-colonial.

2.3.3 Biblioteca Nacional de Brasília

A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), inaugurada em 12 de dezembro de 2008, integra o Complexo Cultural da República e foi projetada por Oscar Niemeyer, compondo o conjunto arquitetônico previsto no plano urbanístico de Lúcio Costa para Brasília.

Sua missão institucional, conforme a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, é democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, especialmente para as camadas menos favorecidas da população, atuando em rede com o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal (CULTURA DF, 2025).

Embora o enfoque principal não seja a cultura indígena, a instituição vem incorporando coleções e projetos que contribuem para o acesso e a preservação da informação indígena. Um exemplo significativo é o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, coordenado pela historiadora indígena Juciene Ricarte (povo Tarairiú), que organiza em formato digital milhares de documentos dos séculos XVI ao XIX, reunindo registros sobre a presença e resistência indígena no território brasileiro, organizados por etnia e capitania.

Este acervo digital evidencia, por meio de fontes primárias, aspectos frequentemente omitidos na historiografia oficial, como a escravização indígena e o protagonismo feminino em movimentos de resistência (RICARTE, 2024).

A biblioteca também integra a rede BNB Digital, que disponibiliza parte de seu acervo para consulta remota, incluindo documentos institucionais, publicações da

Secretaria de Cultura, imagens, vídeos e jogos educativos. Apesar de não ser uma base especializada em informação indígena, a estrutura digital oferece potencial para difusão de acervos sobre povos originários, inclusive possibilitando a criação de coleções temáticas bilíngues ou multilíngues, alinhadas a metodologias de classificação intercultural discutidas por Campesato (2023) e Cury (2020).

No contexto físico, a BNB abriga exposições temporárias que incluem temáticas indígenas, seja por meio de mostras iconográficas, literatura de autoria indígena ou acervos raros sobre etnologia brasileira. Essas ações, mesmo que esporádicas, contribuem para inserir a cultura indígena em um espaço simbólico central de Brasília, ampliando a visibilidade de suas memórias e narrativas.

A presença da Biblioteca Nacional de Brasília no ecossistema informacional do DF evidencia como instituições não especializadas podem desempenhar papel relevante na preservação e difusão da informação indígena, desde que adotem diretrizes de curadoria colaborativa e respeitem os protocolos culturais definidos pelas próprias comunidades. Nesse sentido, o fortalecimento de parcerias com lideranças indígenas poderia favorecer uma gestão mais ética e intercultural de acervos, tanto no ambiente físico quanto digital.

2.3.4 Biblioteca da Câmara dos Deputados - Biblioteca Pedro Aleixo

Apesar de não ser uma biblioteca especializada na cultura indígena, a Biblioteca da Câmara dos Deputados, também conhecida como Biblioteca Pedro Aleixo, possui uma variedade de obras sobre o tema no setor de obras raras e especiais.

Realizando mostras temporárias com o seu acervo físico, a biblioteca da Câmara realizou uma curadoria e apresentou de forma expositiva livros, gravuras, ensaios e informações em outros formatos, contendo informações diversas relacionadas aos povos indígenas, desde relatos históricos do período da colonização brasileira até aspectos artísticos e de saúde indígena.

A mostra foi realizada por tempo limitado, porém foi criada uma página no ambiente virtual da biblioteca com as informações referentes à mostra, com a sua importância e as especificações de todas as obras que fizeram parte da mostra.

Para difundir o acesso a essas obras, em 2023 foi publicada a obra "Repertório Bibliográfico sobre a Questão Indígena no Brasil", com o objetivo de fomentar o conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil.

2.3.5 Biblioteca Escolar Comunitária Monteiro Lobato

Por meio de contações de histórias, exposições, rodas de conversa e oficinas, a Biblioteca Escolar Comunitária Monteiro Lobato realiza projeto Vozes da Floresta, que leva ao público narrativas ancestrais e conhecimentos sobre a relação harmoniosa desses povos com a natureza, fortalecendo a identidade cultural brasileira e promovendo a inclusão e o respeito às diferenças.

A Biblioteca Escolar Comunitária Monteiro Lobato de Planaltina, no Distrito Federal, já realizou duas edições do projeto Vozes da Floresta, uma iniciativa que busca celebrar e preservar a riqueza da cultura indígena brasileira. O projeto tem como objetivo aproximar a comunidade dos saberes, histórias e tradições dos povos originários, incentivando o respeito e a valorização de sua diversidade cultural.

Para sua realização, o projeto busca parcerias com lideranças indígenas, educadores e artistas locais para enriquecer as atividades e garantir uma representação autêntica e respeitosa.

A biblioteca, ao se tornar um espaço de diálogo intercultural, reforça seu papel como agente de transformação social e educacional na região e demonstra, pelo exemplo, o potencial de centros informacionais como agentes sociais de inclusão.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada tem caráter exploratório, uma vez que busca mapear e analisar as iniciativas de gestão de informação indígena no MPI-DF. Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória é aquela que tem como objetivo proporcionar uma visão geral, aproximativa e descritiva de um determinado fenômeno, visando ao estabelecimento de hipóteses ou à descoberta de novas ideias.

De acordo com Lakatos e Marconi (2019), a pesquisa exploratória é útil quando o tema a ser investigado é pouco explorado ou quando é necessário desenvolver um melhor entendimento sobre o assunto.

Nesse sentido, a metodologia exploratória é adequada para o objetivo da presente pesquisa, pois busca entender como as instituições estão realizando a gestão de informação indígena. Assim, a pesquisa exploratória permite ao pesquisador explorar e compreender a aplicação prática desse conceito, bem como identificar possíveis lacunas ou desafios que mereçam maior investigação em estudos posteriores.

No âmbito desta pesquisa, foi realizada a busca bibliográfica e uma entrevista com um representante do Memorial dos Povos Indígenas permitindo coletar informações sobre os desafios da gestão da informação indígena no âmbito daquela instituição.

Já a pesquisa bibliográfica é uma técnica que se utiliza de fontes bibliográficas para a coleta de dados. Segundo Lakatos e Marconi (2019), a pesquisa bibliográfica consiste na busca e análise de informações em livros, artigos científicos, relatórios e outras publicações relacionadas ao tema em estudo.

Essa técnica permitirá ao pesquisador ter uma visão mais ampla e aprofundada do tema, comparando a realidade com a teoria e identificando as principais referências na literatura sobre a informação indígena

3.1 PASSOS METODOLÓGICOS

Revisão de literatura

- Pesquisa bibliográfica: A pesquisa bibliográfica realizada analisou os resultados encontrados nas bases de dados BRAPCI e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando o termo informação indígena
- A pesquisa bibliográfica visou:
 - Identificar o estado da arte sobre o tema
 - Buscar possíveis nomenclaturas para o conceito proposto neste trabalho
 - Analisar a presença de trabalhos sobre informação indígena na Ciência da Informação.

A pesquisa bibliográfica contou com 87 resultados ao se pesquisar o termo “informação indígena” na base de dados BRAPCI e 259 resultados no Repositório da CAPES.

Apesar disso, os artigos encontrados que realmente se adequem a pesquisa estão em menor quantidade, pois 163 dos resultados são excluídos ao se colocar o operador NOT para o termo saúde, no caso da Capes. e dos 96 artigos restantes, apenas 40 se adequa minimamente ao tema.

Já a pesquisa na base de dados BRAPCI se mostrou mais eficiente, o que já era esperado, pois é uma base de dados especializada na área da Ciência da Informação, mas mesmo nela, 20 dos resultados não são necessariamente sobre o tema Informação Indígena.

Além de poucos resultados nas duas bases de dados, é preciso considerar que diversos artigos estão presentes nas duas bases. Então o levantamento não é tão simples quanto somar a quantidade dos resultados nas duas bases.

Ao se analisar os resultados obtidos é possível inferir que o tema tem sido pouco abordado, mesmo com a sua relevância social e científica. A causa para essa baixa produção não é facilmente definida, porém ainda demonstra a importância do incentivo de pesquisas nessa área e da participação de pesquisadores indígenas em todas as áreas do conhecimento.

3.2 COLETA DE DADOS

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi uma entrevista realizada com representante do Memorial dos Povos Indígenas, localizado no Eixo Monumental - Brasília, de forma presencial.

A entrevista foi realizada com David Terena, gestor do Memorial dos Povos Indígenas à época da pesquisa. David Terena pertence ao povo Terena, originário do Mato Grosso do Sul, e possui trajetória consolidada no campo da cultura e da gestão museológica, com participação ativa em iniciativas de preservação e promoção da memória indígena.

Desde sua nomeação, tem buscado ampliar a presença de lideranças indígenas na administração da instituição e fomentar projetos colaborativos com diferentes povos, especialmente no contexto urbano de Brasília.

As informações prestadas pelo gestor foram registradas pelo pesquisador. Além da entrevista, também foi realizada, simultaneamente, uma visita ao espaço da instituição.

4 RESULTADOS

A entrevista realizada passa por diversas áreas da gestão do Memorial, de forma que as respostas possam indicar as especificidades envolvidas na gestão da informação indígena, bem como identificar desafios e potenciais melhorias nesse processo.

4.1 GESTÃO DO ACERVO

Nesta etapa as perguntas feitas buscam identificar a composição do acervo do Memorial dos Povos Indígenas, como funciona o processamento técnico do mesmo e individualidades existentes devido à especialização temática do acervo.

4.1.1 Acervo

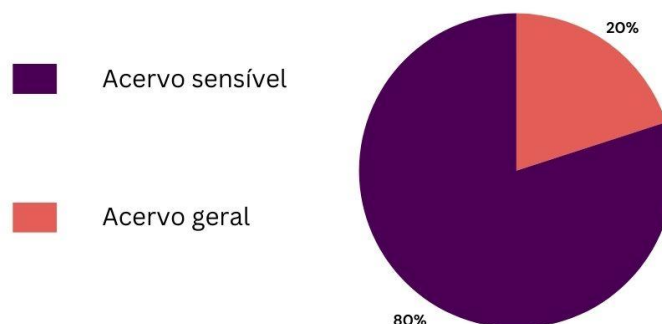
O acervo do Memorial dos Povos Indígenas consiste em itens de diversos tipos, sendo a maioria enquadrados em artefatos materiais (cestarias, armas, adornos), documentos escritos, materiais audiovisuais e acervos digitais (fotografias digitalizadas). A disparidade entre os suportes de informação torna a organização e gestão do acervo um serviço complexo.

4.1.2 Itens sensíveis

Os dados coletados revelam que o Memorial dos Povos Indígenas possui aproximadamente 20% de seu acervo classificado como "sensível", categoria que inclui objetos sagrados, funerários ou de uso ritualístico restrito (figura 1).

A análise dessa política à luz do referencial teórico expõe tensões entre as necessidades museológicas de preservação e os protocolos culturais indígenas sobre circulação do conhecimento.

Figura 1 - Gráfico de itens sensíveis



Fonte: Autoria própria, 2025.

Thompson (2014) demonstra que a musealização de objetos sagrados frequentemente viola princípios indígenas de temporalidade do conhecimento, certos rituais só podem ser acessados em ciclos específicos. Cury (2020) complementa que a restrição não deve ser burocrática, mas ancorada em protocolos comunitários.

Portanto, a decisão de restringir certos objetos do público geral segue de acordo com a literatura no que tange ao respeito aos ritos e a soberania sobre o próprio conhecimento das comunidades indígenas.

Entretanto, é necessário se atentar a como esses mesmos objetos estão sendo classificados e armazenados, pois, mesmo fora de exibição, ainda são parte do acervo.

4.1.3 Processamento técnico

O acervo do Memorial dos Povos Indígenas utiliza a Classificação Decimal Universal (CDU) para classificação dos itens. Tal escolha não é necessariamente inadequada, porém exige um conhecimento técnico e cultural enorme para que as

notações criadas e suas relações reflitam de fato os objetos de forma que fiquem agrupados em um sentido lógico.

Para itens complexos, a notação criada pode acabar ficando extensa, tornando o trabalho de quem está realizando o processamento técnico cada vez mais complexo e correndo o risco de não representar adequadamente as relações conceituais do item.

Tal dificuldade pode resultar no que Cunha (2009) denominou de "violência epistêmica". Em que ocorre a fragmentação de saberes indígenas em categorias desconexas do objeto, reduzindo o item a apenas um dos seus significados e ignorando os diferentes contextos em que ele pode ser utilizado.

4.1.4 Iniciativas de gestão de acervo

A visita e a entrevista indicaram que aproximadamente 15% das descrições do acervo começaram a incorporar terminologias indígenas, o que sugere um movimento, ainda que tímido, em direção aos princípios de classificação intercultural discutidos por Campesato (2023).

Entretanto, não há evidências de adoção de sistemas alternativos de metadados, como o Mukurtu CMS, mencionado no referencial teórico, como modelo para gestão de acervos indígenas. Apesar de o Mukurtu CMS ser voltado para acervos digitais, é possível estudar o sistema e analisar o sistema de tagueamento, de forma que a indexação dos itens físicos seja aprimorada.

Uma prática promissora, já experimentada em acervos brasileiros, é a adoção de descritores bilíngues ou multilíngues que reúnam termos técnicos e designações na língua indígena. O Museu do Índio (RJ), por exemplo, vem incorporando nomes em nheengatu, tikuna e guarani em suas bases de dados, favorecendo a visibilidade das línguas e reforçando sua preservação.

Essa forma de organização e representação, além de ampliar o acesso, aproxima os sistemas de catalogação das perspectivas culturais dos povos

representados, sem romper com a interoperabilidade exigida por redes e sistemas nacionais.

Essa lacuna reforça a crítica de Cunha (2009) sobre a persistência de modelos ocidentais hegemônicos em instituições de memória e da necessidade de atualização dos sistemas utilizados, bem como da necessidade de constante evolução das competências técnicas dos colaboradores.

Tal restrição não pode ser atrelada apenas à gestão direta do espaço, uma vez que a instituição faz parte da esfera pública e precisa seguir regulações e procedimentos burocráticos que sua posição demanda.

4.2 PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Os dados coletados revelam que o Memorial dos Povos Indígenas possui histórico de gestão compartilhada com lideranças indígenas, embora ainda enfrente desafios estruturais. A atual gestão de David Terena (povo Terena) consolida uma trajetória de participação indígena crescente, mas não isolada, na administração do espaço.

O Memorial dos Povos Indígenas já teve outros gestores indígenas antes de David Terena, demonstrando que a presença indígena na administração não é novidade, mas sim parte de um processo contínuo. Isso se alinha ao conceito de protagonismo indígena institucional discutido por Cury (2020), que ressalta como espaços de memória podem ser ressignificados por meio da gestão direta de povos originários.

Para além da gestão direta, a participação indígena também se dá por exposições que ocorrem regularmente e que são elaboradas colaborativamente com povos como os Fulni-ô, Kariri-Xocó e Tuxá, eventos com lideranças múltiplas, como rodas de conversa com anciãos e jovens indígenas e projetos colaborativos, como o "Acervo Vivo", que envolve as comunidades na reinterpretação de peças do museu.

4.3 ESTRUTURA

A análise da estrutura do Memorial dos Povos Indígenas se divide em estrutura física e digital, buscando verificar a adequação dos espaços para o público atendido, bem como analisar a presença digital do Memorial.

4.3.1 Estrutura física

Figura 2 - Memorial dos Povos Indígenas



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, 2025.

O Memorial dos Povos Indígenas fica localizado no Eixo Monumental em Brasília e conta com uma estrutura física composta por 1 Hall de entrada, 1 auditório com 48 cadeiras e equipamentos de projeção, 1 área expositiva de aproximadamente 600m², 1 arena de aproximadamente 900m² e 1 lanchonete. Além dessas estruturas de acesso geral, também possui uma área administrativa para seus colaboradores e uma reserva técnica.

Tal estrutura comporta a exibição e exposição do seu acervo, nos mais diversos formatos e suportes, além de atender a necessidade de espaços de exposições temporárias no local.

Em especial, é importante ressaltar a importância da arquitetura de todo o espaço e das escolhas tomadas para aproximar os usuários da natureza de forma que os itens do acervo não sejam afetados. Exemplos claros são a disposição da arena, que possui um chão de areia, e a vegetação ao redor do memorial, que possui diversas árvores nativas catalogadas com seu nome indígena e dispostos em placas que cercam o tronco, de forma que os nomes fiquem bem visíveis sem prejudicar as árvores.

4.3.2 Estrutura digital

O Memorial dos Povos Indígenas não possui um ambiente digital estruturado, seu acervo digital consiste em alguns itens digitalizados e seu acervo audiovisual, porém ambos para consulta no espaço ao invés de disponíveis em um ambiente virtual.

O Memorial possui um site, porém apenas com informações estruturais e informações de funcionamento. Além disso também está presente na rede social Instagram, onde publica e divulga os seus eventos, exposições, entre outras informações que são entregues aos usuários do espaço.

No perfil do Memorial dos Povos Indígenas na rede social Instagram, é possível encontrar um *link* para marcar visitas, para usuários comuns, excursões de turismo ou escolares e até mesmo para pesquisadores. Essa prática evidencia a importância da instituição no incentivo a pesquisas sobre os povos indígenas e suas culturas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e iniciativas relacionados à gestão da informação indígena no MPI-DF, com foco na preservação cultural, no acesso às comunidades originárias e nas práticas decoloniais.

A partir da revisão teórica e da coleta de dados realizada no Memorial dos Povos Indígenas, foi possível identificar avanços significativos, mas também lacunas que exigem atenção contínua para garantir uma gestão mais ética e representativa desses acervos.

Ao mapear as iniciativas no Memorial, constatou-se que embora a instituição demonstre esforços para incorporar terminologias indígenas em suas descrições, um passo importante na descolonização dos acervos, ainda persiste a utilização de sistemas de classificação ocidentais do conhecimento.

Essa abordagem, embora tecnicamente consolidada, muitas vezes fragmenta os saberes indígenas, limitando as suas características, seus usos e até mesmo seu alcance. Além disso, a presença de itens sensíveis, como objetos sagrados ou de uso ritualístico restrito, reforça a necessidade de protocolos culturais específicos para sua preservação e acesso, garantindo que esses elementos não sejam descontextualizados ou violados em sua essência simbólica.

Outro aspecto relevante é a participação indígena na gestão do Memorial dos Povos Indígenas. A instituição tem um histórico de gestão compartilhada com lideranças indígenas, como David Terena, e promove exposições colaborativas com povos como os Fulni-ô, Kariri-Xocó e Tuxá.

Essas iniciativas são fundamentais para assegurar o protagonismo indígena na curadoria de seus próprios acervos. No entanto, é essencial que essa participação seja ampliada, envolvendo as comunidades em todas as etapas do processo informacional, desde a catalogação até a definição de políticas de acesso.

A criação de comitês consultivos formados por representantes de diversas etnias poderia fortalecer essa gestão compartilhada, garantindo que as decisões respeitem os protocolos culturais e as demandas das comunidades.

No que diz respeito à estrutura e ao acesso, o Memorial dos Povos Indígenas conta com um espaço físico que integra natureza e cultura, refletindo as cosmovisões indígenas em sua arquitetura e disposição expositiva.

No entanto, a ausência de um ambiente digital robusto limita o acesso remoto aos acervos, especialmente para comunidades indígenas urbanas e pesquisadores, tornando-se um dos principais desafios enfrentados pelo Memorial.

O desenvolvimento de plataformas digitais com curadoria indígena, que respeitem as restrições culturais, poderia democratizar o acesso a esses materiais sem violar seus significados sagrados.

Essa abertura, entretanto, deve vir acompanhada de instrumentos normativos e tecnológicos que garantam que os protocolos culturais sejam cumpridos. Ferramentas como o Mukurtu CMS podem ser adaptadas ao contexto brasileiro, desde que associadas a acordos formais definidos pelos próprios povos indígenas.

Como ressalta Cury (2020), a reciprocidade e a corresponsabilidade devem orientar a relação entre instituições de memória e comunidades, de forma que o uso e a circulação da informação tragam benefícios concretos e reconheçam a autoria coletiva.

Além disso, a formação profissional de bibliotecários, arquivistas e museólogos de forma continuada e em colaboração com comunidades indígenas pode promover práticas mais inclusivas e éticas na gestão desses acervos.

A articulação entre teoria e prática, como proposta neste trabalho, é essencial para transformar instituições de memória em espaços de reparação histórica e inclusão genuína.

Em síntese, a gestão da informação indígena demanda um equilíbrio delicado entre preservação, acesso e respeito às cosmovisões originárias. Este trabalho reforça a urgência de modelos éticos e interculturais, alinhados às demandas globais por soberania informacional e justiça epistêmica.

Durante a entrevista, foi ressaltada a importância de ampliar parcerias com instituições culturais e acadêmicas, bem como com organizações indígenas regionais e nacionais, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e o Museu do Índio (RJ).

Essas colaborações podem contribuir para a atualização das metodologias de catalogação, digitalização e preservação do acervo, além de fomentar intercâmbios que possibilitem a criação de exposições itinerantes e coleções digitais bilíngues. Entre as perspectivas futuras, destaca-se também a realização de programas de formação continuada para equipe técnica e lideranças indígenas.

Espera-se que a realização deste trabalho possa contribuir, de alguma maneira, para fomentar reflexões quanto à necessidade de um modelo gestão da informação indígena, que valorize e proteja os saberes tradicionais em sua complexidade e pluralidade.

É importante reconhecer as limitações deste estudo, que por questão de tempo e recursos, se concentrou em uma única instituição, o Memorial dos Povos Indígenas. Futuras pesquisas podem ampliar o escopo para outras bibliotecas, museus e arquivos do Distrito Federal, além de incluir vozes indígenas diretamente na coleta e análise de dados.

Desenvolver a análise e operacionalização da utilização de protocolos culturais no contexto brasileiro é fundamental para o estado da arte do tema, e tem um grande potencial de pesquisa para a Ciência da Informação, desenvolvendo a área como um pilar cada vez mais indispensável na construção e na gestão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- About.** MUKURTU. Disponível em: <<https://mukurtu.org/about/>>. Acesso em: 09 jul. 2025.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/xwLfPnXVfss8xqqJScZQyps/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de junho de 2025.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano Nacional de Salvaguarda Digital do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/79e3ac35-19f9-401d-b919-877332426191>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 5.486, de 2009. **Dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- CAMPESATO, Maria Alice Gouvêa. Da oralidade à escrita: povos indígenas, História do Tempo Presente e os desafios no campo educacional. **Revista Tempo e Argumento**, v. 15, n. 40, p. e0103-e0103, 2023. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0104>>. Acesso em: 01 de junho de 2025.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.
- CULTURA DF. **Biblioteca Nacional de Brasília**. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, 2025. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/pt/biblioteca-nacional-da-republica>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. Ubu Editora LTDA-ME, 2019.
- CURY, Marília Xavier. Política de gestão de coleções: museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo. **Revista CPC**, v. 15, n. 30 esp., p. 165-191, 2020Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp165-191>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- ENCONTRABRASILIA. **Biblioteca Nacional de Brasília**. Encontrabrasilia.com, 2025. Disponível em: <https://www.encontrabrasilia.com/sobre/biblioteca-nacional-de-brasilia>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Línguas Indígenas. GOV. Disponível em: <<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/pesquisa/linguas-indigenas>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MAIMONE, Giovana Deliberali; MATOS, Amanda Pedrosa de. Culturas indígenas sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, SP, v. 13, n. 3, p. 46–55, 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/912>>. Acesso em: 29 de maio 2025.

MUSEU DO ÍNDIO. **Relatório de gestão do exercício de 2023.** Rio de Janeiro: FUNAI/Museu do Índio, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Renda do Patrimônio Indígena RG 2023.pdf](https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Renda%20do%20Patrimonio%20Indigena%20RG%202023.pdf). Acesso em: 08 ago. 2025.

RICARTE, Juciene. **Projeto Resgate Barão do Rio Branco.** Coordenação de Memória e Pesquisa, Biblioteca Nacional de Brasília, 2024. Disponível em: <https://bnbdigital.cultura.df.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Memorial dos Povos Indígenas.** Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/memorial-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 07 ago. 2025.

sobre. APIB. Disponível em: <<https://apiboficial.org/sobre/?lang=en>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

THOMPSON, Analucia. Objetos indígenas: do artificial ao imaterial. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 258-281, 2014.

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista com representante do Memorial dos Povos Indígenas

Objetivo da entrevista:

Levantar informações sobre a gestão do acervo, práticas curatoriais, participação indígena e desafios institucionais no Memorial dos Povos Indígenas, com foco na preservação, organização e difusão da informação indígena.

1. Identificação do acervo

1. Quantos itens compõem atualmente o acervo do Memorial dos Povos Indígenas?
2. Quais são os principais tipos e suportes informacionais presentes no acervo (materiais, digitais, audiovisuais, etc.)?
3. O Memorial mantém acervos digitais disponíveis para consulta remota ou somente local?
4. Todos os itens estão disponíveis para exibição ao público? Em caso negativo, quais critérios determinam a restrição de acesso?

2. Processamento técnico do acervo

5. Quais metodologias, normas ou sistemas de classificação e indexação são utilizadas para organizar e descrever os acervos indígenas (por exemplo, taxonomias tradicionais, vocabulários controlados, descritores em línguas indígenas)?
6. Há procedimentos específicos no processamento técnico em razão da natureza cultural e simbólica dos itens?

3. Gestão do Memorial dos Povos Indígenas

7. A equipe profissional conta com a participação de indígenas? Em caso positivo, quais funções desempenham?
8. Como se dá o processo de curadoria das exposições e eventos? Há participação das comunidades indígenas na definição dos temas e na seleção dos itens?

4. Estrutura do Memorial

9. Quais são os espaços disponíveis para atividades internas e externas (exposição, eventos, pesquisa, convivência, etc.)?
10. Há elementos estruturais ou arquitetônicos voltados para atender necessidades específicas do público indígena?

5. Desafios e perspectivas

11. Quais são os principais desafios na gestão do Memorial, especialmente em relação à preservação e difusão da informação indígena?
12. Que iniciativas ou parcerias poderiam fortalecer a atuação do Memorial no campo da gestão da informação indígena?